

A noção de memória na autobiografia *O menino grapiúna*, de Jorge Amado

Paula Sperb¹
João Claudio Arendt²

Resumo

O presente artigo trata sobre o conceito de memória aplicado à autobiografia, mesclando campos das Letras, História e Sociologia em uma abordagem multidisciplinar. Para desenvolver a ideia da memória em uma autobiografia, faremos um levantamento introdutório sobre *O menino grapiúna*, de Jorge Amado, em que o autor conta sua infância. Aplicamos as definições de memória e história de Michael Pollak e Pierre Nora, o conceito de autobiografia de Verena Alberti e a ideia de pacto autobiográfico de Philippe Lejeune.

Palavras-chave: memória, autobiografia, literature, Jorge Amado, O menino grapiúna

The notion of memory in the autobiography *The grapiúna boy*, by Jorge Amado

Abstract

This article proposes a discussion about the concept of memory related to autobiography in a multidisciplinary approach. It is grounded in the fields of Humanities, History and Sociology. In order to approach the idea of memory in an autobiography, it begins by bringing up introductory issues on the literary work *O menino grapiúna* by Jorge Amado, in which the author writes about his childhood. The discussion draws on the concepts of memory and history by Michael Pollak and Pierre Nora, the concept of autobiography by Verena Alberti and the idea of the autobiographical pact by Philippe Lejeune.

Keywords: memory, autobiography, literature, Jorge Amado, the grapiúna boy

1. AS EXPERIÊNCIAS DE JORGE AMADO NO CAMPO DA MEMÓRIA

Diferentemente do que mostra a avaliação canônica de Afrânio Coutinho (1969), existe, sim, no Brasil uma tradição de escrita de memórias. Conforme Maciel (2013), há – pelo menos – uma sequência de obras que provariam o

¹ Mestra em Letras, Cultura e Regionalidade (UCS) e doutoranda em Letras (UCS).

² Possui Estágio Pós-doutoral no Instituto Latino-americano da Universidade Livre de Berlim (2001); Doutor em Linguística e Letras (Teoria Literária) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2000); Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1996); Licenciatura Plena em Letras Português/Alemão pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1993). Atualmente Coordena os Programas de Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul e de Doutorado em Letras Associação Ampla UCS/Uniritter.

contrário do que prega o autor de *A Literatura do Brasil*. Os textos³, alguns publicados após o veredito de Coutinho, *Memórias* (1948), de Visconde de Taunay; *Memórias do Cárcere* (1953), de Graciliano Ramos; *Um Homem Sem Profissão* (1954), de Oswald de Andrade; *Meus Verdes Anos* (1956), de José Lins do Rego; *Solo de Clarineta* (1974-1976), de Erico Verissimo; *Navegação de Cabotagem* (1992), de Jorge Amado; e *Quase Memória: Quase-romance* (1995), de Carlos Heitor Cony, seriam evidências de que no Brasil o gênero da autobiografia, surgido no campo literário, constituiria uma prática consolidada. Nessa lista de memórias de escritores ainda incluiríamos *O menino grapiúna* (1981), que reúne as lembranças de infância do escritor Jorge Amado.

O menino grapiúna foi lançado em 1981, seis anos antes da inauguração da Fundação Casa Jorge Amado, em uma edição não comercial. Antes disso, foi publicado em 1980 em um especial da revista *Vogue*, que comemorava os cinquenta anos da carreira de Jorge Amado. A tiragem que não foi comercializada era uma espécie de presente da MPM Propaganda, e teve 11 mil exemplares numerados. A edição utilizada neste trabalho é a de número 0127. Quando Jorge Amado comemorou 70 anos, o volume finalmente ganhou edição comercial. *O menino grapiúna* foi publicado em Portugal e traduzido para mais quatro idiomas⁴.

No vocabulário dos sertanejos baianos, grapiúna é o habitante do litoral. Portanto, já no título, Jorge Amado enfatiza sua vida ligada ao território costeiro. O autor cresceu no litoral baiano, durante o auge do ciclo do cacau, entre coronéis, jagunços, trabalhadores, aventureiros e jogadores. Amado nasceu na Fazenda Auricídia, distrito de Ferradas, no município de Itabuna. Com um ano de idade, mudou-se para Ilhéus. A memória da infância foi tão marcante na vida do escritor que o universo do sertão inspirou outros livros, como *Cacau*, de 1933, *Terras do Sem Fim*, de 1943, e, décadas mais tarde, *Tocaia Grande*, de 1984.

As lembranças da juventude e da vida adulta seriam publicadas anos depois. Os relatos do período de exílio, a amizade com artistas renomados e a

³ Escritas em períodos diferentes, todas essas narrativas têm em comum tanto um autor renomado de extensa produção literária quanto as marcas da escrita em forma de memórias: longa cronologia de enredo, caráter autopromocional, narrador autodiegético, aparente sinceridade e capacidade de apreensão de um entorno histórico. As diferenças estão vinculadas às escolhas particulares de seus autores, notadamente a capacidade de singularizar o passado por meio do trabalho com a linguagem (MACIEL, 2013:552).

⁴ <http://www.jorgeamado.com.br/>. Acessado em 10 de outubro de 2011.

vida familiar são contados em um outro texto autobiográfico, portanto. Com esse intuito, diversas passagens de sua vida foram agrupadas em textos fragmentados sem ordem cronológica no livro de mais de 600 páginas intitulado *Navegação de Cabotagem – Apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei*, de 1992. Embora esse livro seja de extrema relevância para a compreensão da trajetória literária do autor e, como afirma Maciel (2013), colabora com a consolidação do gênero da autobiografia no Brasil, iremos nos concentrar em um estudo introdutório sobre *O menino grapiúna*. A história da infância de Jorge Amado é narrada de modo muito diferente do que encontramos em *Navegação de Cabotagem*, que, aliás, não trata desse período de sua vida. No primeiro livro, a história é contada de forma mais organizada e cronológica, talvez em decorrência do próprio distanciamento do tempo vivido e do tempo da escrita, possibilitando uma maior coordenação dos fatos.

2. O PACTO AUTOBIOGRÁFICO EM *O MENINO GRAPIÚNA*

Conforme Verena Alberti, uma autobiografia expressa a “relação do escritor com aquilo que foi no passado” e também a “reconstituição da experiência vivida numa construção ‘para leitura’” (1991:66). Considera-se como a primeira autobiografia as *Confissões de Rousseau*, que segundo Alberti é onde um autor fala pela primeira vez expondo intimidade e colocando-se sob o julgamento dos leitores. No gênero autobiográfico, além de contar a própria vida, o autor precisa manter sua unidade, sem dividir-se e multiplicar-se em diversos “eus” comuns da ficção. Isso quer dizer que o autor não se desmembra em diversos personagens inspirados em si mesmo, ele mantém-se como um só. Não há uma narrativa inspirada na realidade ou um personagem baseado em uma figura real. Tudo deve ser verdadeiro. Assim, narrador/personagem e autor cumprem a mesma função. Em *O menino grapiúna*, Jorge Amado é ele mesmo, ao mesmo tempo narrador e personagem principal. Os outros personagens que surgem na narrativa são pessoas que participaram de sua vida e não personas inspiradas em diversas facetas de si, como poderia ocorrer em um texto ficcional.

O estudioso francês Philippe Lejeune, segundo Alberti (1991), afirma que é firmado um pacto autobiográfico entre leitor e escritor que deixa claro que o que se vai ler é uma autobiografia. Deixar claro é, por exemplo, expor o nome do autor na capa do livro e, na folha de rosto, o nome do autor, equivalendo a uma assinatura, e informar, seja na orelha ou contracapa, que se trata de uma autobiografia. São elementos externos ao texto que ajudam a consolidar o “pacto” e alertam o leitor de que o livro que está prestes a ler é

uma autobiografia. A capa da edição de *O menino grapiúna* utilizada como fonte neste artigo nada mais é do que a assinatura de Jorge Amado grafada na cor dourada sobre um papel marrom. O título não está na capa, mas dentro do livro e na sua lombada. A assinatura em destaque é um indicativo de que o livro que temos em mãos é uma autobiografia. Esta pista fornecida pelo livro em seu suporte impresso é necessária para que se cumpra o pacto proposto por Philippe Lejeune, considerado o “pai” do “pacto biográfico”. Em entrevista, o pesquisador francês explica que o conceito surgiu a partir da procura de uma definição para a autobiografia no ano de 1971:

Fiquei espantado ao constatar que o *texto* autobiográfico e o texto ficcional podiam obedecer às mesmas leis. A diferença entre eles não estava no próprio texto, mas no que Gérard Genette chamou paratexto, no compromisso do autor com o leitor em dizer a verdade sobre si mesmo. É completamente diferente do compromisso que se tem na ficção – que é antes um *descompromisso*, a instauração de um jogo, de um distanciamento. E a atitude do leitor, seu tipo e investimento é também muito diferente. É claro que entre esses dois polos pode-se ter posições intermediárias, comprometimentos, ambiguidades – tudo aquilo que se define hoje com o termo vago “autoficção”. Mas as posições intermediárias nascem desses polos, elas não existiriam sem eles. Eu me concentrei então no polo autobiográfico, que nunca fora estudado, ao passo que toneladas de obras haviam sido dedicadas à ficção. Quanto à autobiografia, considerava-se que se explicava por si só, via-se nela apenas uma subcategoria do discurso histórico e, além disso, era vista com um certo desprezo, muitos consideravam que não era literatura e supunham que, ao se buscar a verdade, saía-se do campo da arte... (LEJEUNNE, 2002:22)

Ainda sobre este tópico, segundo Alberti, “o pacto autobiográfico se dá, então, quando a identidade entre autor, narrador e personagem é assumida e tornada explícita pelo autor, ao contrário do ‘pacto romanesco’, declaração de negação daquela identidade e atestado do caráter de ficção” (1991:75). Ou seja, através do pacto biográfico se deixa claro para o leitor que não se trata de uma obra de ficção, mas de relatos reais. “É por isso também que uma autobiografia nunca pode ser anônima, porquanto lhe faltaria assim o nome do autor, daquele que atualiza o pacto (1991:76)”, diz Alberti.

Verena Alberti também sustenta que uma autobiografia pode ser considerada como uma atualização do “indivíduo moderno” na literatura. Para tanto, há a oposição entre a função textual da narração e do romance. A primeira é realizada em comunidade, em sociedade; quando o segundo se

consolida na solidão, sem a oralidade, com a leitura silenciosa. Para Alberti, o romance surge na solidão do indivíduo “desorientado”, que não aconselha – como também era entendida a narração em grupo. Mas aí, conforme a autora, surge o paradoxo de que a autobiografia também noticia como um romance, mas noticia a desorientação do sujeito moderno. Ao mesmo tempo, a autobiografia conta a experiência do autor, como a antiga narração que orientava o ouvinte. O paradoxo, portanto, é que o gênero nascido na modernidade (leitura individual) volta ao arcaico ao narrar (grupo) o indivíduo.

3. CONCEITO DE MEMÓRIA NA AUTOBIOGRAFIA DE JORGE AMADO

Se a autobiografia reconstitui experiências individuais do escritor para a recepção de um leitor e a matéria-prima para o texto é a realidade e não a ficção, então estamos falando de um gênero baseado na memória, ou seja, histórias de vida. Segundo Michael Pollak (1989:3, 1992:200,2201), as memórias podem ser fenômenos individuais ou coletivos. E, para Maurice Halbwachs, como manifestação coletiva, a memória pode sofrer interferências e mudanças constantes. Em suma, uma memória coletiva é influenciada por diversos fatores que não apenas o indivíduo. Sociedade, identidade, política e até mesmo traumas podem interferir em uma memória coletiva.

Não obstante, seja individual ou coletiva, Pollak define três elementos constitutivos da memória: acontecimentos, pessoas/personagens e lugares. Acontecimentos podem ser vividos pessoalmente ou, como o autor chama, “vividos por tabela” (1992:202), quando são experiências vividas pelo grupo ao qual o indivíduo faz parte ou se sente fazendo parte. Nem sempre o indivíduo participou de certos episódios, fatos ou momentos históricos, mas o sentimento de pertença ao grupo faz com que sinta como se tivesse vivido. Assim, em uma autobiografia as pessoas podem ser personagens que realmente passaram pela vida do indivíduo, aqui o autor, ou simplesmente são importantes para a história individual, mesmo sem ter conhecido pessoalmente.

Em *O menino grapiúna*, que podemos definir como o relato de uma memória individual, os personagens realmente fizeram parte da vida de Jorge Amado no sentido da convivência direta e não “por tabela”. Além do pai, João Amado de Faria, e da mãe, dona Eulália, Jorge Amado fala sobre outros personagens que foram centrais em sua formação pessoal e de escritor: o tio Álvaro, modelo dos coronéis presentes em sua ficção; o padre Cabral, que o

apresentou ao mundo dos livros e à beleza da língua portuguesa; e o caboclo Argemiro, que colocava o menino na sela e o levava a Pirangi nos dias de feira.

Os lugares se somam aos acontecimentos e pessoas na formação da memória. Pollak (1989:3,4) diz que existem lugares de memória, que são ligados a uma lembrança íntima ou a um fato histórico. Sobre isso, Pierre Nora é enfático ao afirmar que “há locais de memória porque não há mais meios de memória” (1993:7). Não seria, então, a autobiografia um meio de memória? “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (1993:13), diz Nora. Questionamos novamente: seria preciso também escrever autobiografias para fins de preservação da memória? Também para Pierre Nora, “se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares” (1993:8).

Em *O menino grapiúna*, Jorge Amado destaca diversos lugares de sua memória como, por exemplo, a Praia do Pontal, Pirangi e o internato jesuíta onde estudou. Esses lugares são marcados por lembranças individuais, mas “as fazendas de cacau”, assim, de forma genérica, são paisagens marcadas pela história de violência na exploração do Sul da Bahia e que, como vimos no início deste trabalho, estão presentes tanto na autobiografia de Jorge Amado como nas obras de ficção. Para Pollak (19992), lugares, acontecimentos e pessoas podem dizer respeito a fatos reais ou também se tratarem de “projeção de outros eventos”, ou aqueles “vividos por tabela”. Jorge Amado parece ter consciência desta possibilidade e inicia a autobiografia de sua infância assim:

De tanto ouvir minha mãe contar, a cena se tornou viva e real como se eu houvesse guardado memória do acontecido: a égua tombando morta, meu pai, lavado em sangue, erguendo-me do chão. Eu tinha dez meses de idade, engatinhava na varanda da casa ao fim do crepúsculo quando as primeiras sombras da noite desciam sobre os cacauais de recente plantação sobre a mata virgem, inóspita e antiga. (AMADO, 1981:11,12)

Ora, é evidente que uma criança de 10 meses não teria condições de recordar de tal evento em sua vida, por mais marcante que fosse; mas tem a recordação, como lucidamente Jorge Amado anuncia, “de tanto ouvir falar”.

Segundo Pollak (1992), pode-se falar em uma memória “quase que herdada”⁵. Ele afirma que “podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação” (1992:202). Este também é o caso de *O menino grapiúna*, que relata a violência dos jagunços nas fazendas de cacau. Uma memória tão forte que inicia a autobiografia de Jorge Amado, mas que não é apenas um acontecimento individual, mas coletivo, que afetou toda população do Sul da Bahia no começo do século XIX.

A luta pela posse das matas, terra de ninguém, se alastrava nas tocaias, nas trincas políticas, nos encontros de jagunços no sul do Estado da Bahia; negociavam-se animais, armas e a vida humana. Em busca do El-Dorado, onde o dinheiro era cama de gato, chegava a mão de obra, vinda do alto do sertão das secas ou do Sergipe da pobreza e da falta de trabalho – os “alugados”, os bons de foice e enxada e os bons de pontaria. Pagos numa tabela alta, os jagunços do tiro certo tinham regalias. As cruces demarcavam os caminhos do alardeado progresso da região, os cadáveres estrumavam os cacauais. (AMADO, 1981:12,13)

A violência da disputa de terras e avanço das plantações de cacau sobre a floresta nativa estão marcadas na memória coletiva constituindo também a regionalidade intrínseca ao território do Sul da Bahia. Apesar de coletiva, esta memória também deixará seus lastros nas narrativas individuais, orais ou escritas – neste caso autobiográficas. Mas como afirma Pollak, algumas memórias são praticamente herdadas e o próprio autor-personagem Jorge Amado reconhece o fenômeno do qual é resultado, mas também elemento ativo. O escritor reflete sobre a condição da memória que relata:

Existirá mesmo alguma lembrança guardada na retina do infante – as águas crescendo, entrando pela terra, cobrindo o capim, arrastando animais, restaurando o mistério violado da mata – ou tudo resulta de relatos ouvidos? (AMADO, 1981:12,18)

Toda memória possui marcos, conforme Pollak (1989). As memórias coletivas normalmente possuem marcos imutáveis⁶ e que aparecem nas

⁵ É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. (POLLAK, 1992:202)

⁶ Se destacamos essa característica flutuante, mutável, da memória, tanto individual quanto coletiva, devemos lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos

narrativas de memórias individuais quando tratadas sobre o mesmo período de tempo em uma mesma região, por exemplo. Significa que a temática da violência dos jagunços não aparecerá somente nas memórias de Jorge Amado, mas de muitas pessoas que tiveram sua infância na mesma localidade no começo do século XX. Entretanto, uma memória individual não pode ser imutável. Esta memória será sempre genuína se considerada sem influências do grupo, mas precisamos aceitar que a influência externa pode ocorrer, ou não teríamos as memórias herdadas. As memórias herdadas não são exclusivas de um indivíduo. Serão muitos a partilhar do testamento da herança dos antepassados. Logo, percebe-se que a memória coletiva está permeada do que poderia se considerar como história, fatos marcantes não do indivíduo, mas de toda sociedade.

Para Pierre Nora, “desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história” (1993:9). Tudo que estamos chamando até o momento de memória, para Nora seria rotulado como história, já que estão claros os elementos destacados por ele (rastro, distância e mediação) em toda e qualquer autobiografia. Para o historiador francês, “tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já é história. Tudo que é chamado de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade da história” (1993:14).

Considerando memória e história como vimos antes das colocações de Pierre Nora que foram aqui postas, Michael Pollak afirma que existe um vencedor se houvesse uma disputa entre memória e “a cronologia oficial” (1992:204), ou seja, história. Para Pollak, a memória é capaz de ganhar da história. O indivíduo e a sociedade são capazes de atribuir importância aos fatos e suas datas comemorativas. Nem sempre a cronologia oficial será tão importante para o indivíduo como outros fatos que marcaram sua vida. Talvez

relativamente invariantes, imutáveis. Todos os que já realizaram entrevistas de história de vida percebem que no decorrer de uma entrevista muito longa, em que a ordem cronológica não está sendo necessariamente obedecida, em que os entrevistados voltam várias vezes aos mesmos acontecimentos, há nessas voltas a determinados períodos da vida, ou a certos fatos, algo de invariante. É como se, numa história de vida individual - mas isso acontece igualmente em memórias construídas coletivamente houvesse elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças. Em certo sentido, determinado número de elementos tornam-se realidade, passam a fazer parte da própria essência da pessoa, muito embora outros tantos acontecimentos e fatos possam se modificarem função dos interlocutores, ou em função do movimento da fala. (POLLAK, 1992:202)

a história pudesse vencer o combate hipotético com a memória nos casos em que se torna parte inseparável dos indivíduos.

4. CONCLUSÕES PARCIAIS

A memória pode receber significado tanto por parte dos indivíduos, do coletivo e também do Estado, por exemplo, ganhando valores e constituindo identidade. Por este motivo, pode-se afirmar que a memória é um fenômeno construído, conforme Pollak (1989, 1992). Como construção se entende que seus modos “podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (1992:205). Em outras palavras, “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”.

Quando a memória ganha forma em uma autobiografia, o autor vai trilhando um caminho com muitos atalhos, nem tudo é narrado. Conforme Alberti, essa síntese “envolve omissões, seleção de acontecimentos a serem relatados e desequilíbrio entre os relatos (uns adquirem maior peso, são narrados mais longamente do que outros)” (1991:77). O autor busca o significado de sua história de vida ao fazer certas escolhas do que contará, ou não contará, aos leitores de sua autobiografia. Jorge Amado escolhe episódios significativos de sua vida e elabora uma síntese de si enquanto personagem da própria narrativa, evocando a liberdade das ruas e dos coqueirais de Ilhéus, lembrando o período de “encarceramento” no colégio dos jesuítas. Jorge Amado também conta como conheceu as rodas de jogo e as casas de mulheres. Além destes brevemente citados, que outros fatos poderiam ter sido incluídos mas ficaram de fora da autobiografia?

Em *O menino grapiúna*, além de rememorar sua formação de menino, Jorge Amado analisa com suavidade alguns elementos centrais de sua literatura. Ele aponta o amor e a morte como os grandes temas de sua obra e posiciona-se distante de líderes e heróis, para declarar-se mais próximo dos mestres de saveiro, dos feirantes, dos capoeiristas, do povo do candomblé.

Assim, concluímos que a memória expressa em uma autobiografia é um fenômeno construído com escolhas e fragmentos do autor, jamais uma memória completa. Também não é um relato isento com as discutíveis fontes históricas aceitas. A autobiografia é subjetiva em sua essência, mas é ao mesmo tempo uma memória individual e coletiva, por trazer consigo certa universalidade comum à vida da maioria das crianças e também as

especificidades que afetam e afetaram a vida de toda uma região geográfica e cultural.

Em *O menino grapiúna*, Jorge Amado trabalha com seus próprios acontecimentos, personagens e lugares de memória. Também realiza o pacto autobiográfico e, se fôssemos, tirar conclusões assumindo completamente os conceitos de Pierre Nora (1993), Jorge Amado não habitaria sua própria memória, ou não precisaria transformá-la em uma autobiografia. Para Nora, o que Amado fez é história.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa**. Em: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n., p.66-81, 1991.

AMADO, Jorge. **Navegação de cabotagem: apontamentos para o livro de memórias que jamais esqueerei**. Rio de Janeiro: Record, 1992.

AMADO, Jorge. **O menino grapiúna**. Rio de Janeiro: Record, 1981.

CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA: Jorge Amado. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 1997.

COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editorial Sul-Americana, 1969.

LEJEUNNE, Philippe. **Entrevista concedida à Jovita Maria Gerheim Noronha**. Em: *Ipotesi*, revista de estudos literários. Juiz de Fora, v. 6, n.2, 2002, p.21-30. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2009/12/Entrevista-com1.pdf>

MACIEL, Sheila Dias. **Sobre a tradição da escrita de memórias no Brasil**. Em: *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 48, n. 4, p. 551-558, out./dez. 2013

NORA, Pierre. **Entre memória e história: A problemática dos lugares**. Em: *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p.7-29, 1993.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Em: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.200-212, 1992.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, Silêncio**. Em: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.